

DUAS ESTRATÉGIAS DO EXÍLIO REPUBLICANO PARA O FUTURO DE ESPANHA

TWO STRATEGIES OF THE REPUBLICAN EXILE FOR THE FUTURE OF SPAIN

RAMÓN VILLARES*

RESUMO:

Este artigo busca ratrear duas publicações que circularam na Argentina e no México, promovidas por exiliados espanhóis. Uma revista, que deve o seu nome à aliança política dos nacionalismos catalão, basco e galego, foi a *Galunza*, editada na cidade de Buenos Aires (1945-1946). Con tudo, ênfase da análise será colocada mais na aliança que a revista representa do que nos seus conteúdos concretos. A outra revista, *Las Españas*, editada na Cidade do México a partir dos anos 40 do século passado, com um perfil menos político e mais literário e cultural, conseguiu introduzir uma nova perspectiva sobre o problema nacional espanhol.

PALAVRAS-CHAVE: Guerra civil, Exílio republicano, Questão nacional na Espanha

ABSTRACT

This article seeks to track two publications that circulated in Argentina and Mexico, both where destinations to Spanish exiles. One of them had it's name inspired in a political aliance of Catalan, Basque and Galician nationalisms, the *Galunza*. However, the ênfasis of the analysis will be in the alliance and not on the publication. It was edited in the city of Buenos Aires (1945-1946). The other one, *Las Españas*, was edited in Mexico City since the 40's, with a far less political profile and more literary and cultural one. However, it managed to introduce a new perspective on the Spanish national matter.

KEYWORDS:

Civil war, Republican exile, National issue in Spain

Em 1939, uma vez perdida a contenda bélica, o panorama do exílio republicano refletia, de forma cabal, não só a evolução política iniciada em 1931 com a proclamação da II República – regime democrático e reconhecimento das autonomias regionais – mas também a experiência da guerra civil que transformou, de modo qualitativo, a questão nacional de Espanha. Por um lado, a facção franquista desenvolveu um ideário “ultranacionalista” de carácter bifacetado, “por la vía del nacional catolicismo y por la vía fascista” de Falange,¹ o que supunha uma determinada rutura com a tradição do nacionalismo espanhol, tanto o que estava enraizado na visão pouco centrada em Castela de Menéndez Pelayo como o que derivava de Ortega y Gasset e da sua *España invertebrada* (1921), o qual, à sua maneira, foi reapropriado pelo próprio falangismo. Por outro lado, o republicanismo exilado levou consigo os escombros de uma conceção unitária de Espanha e três alternativas políticas de natureza nacionalista – correspondentes às três regiões que haviam plebiscitado os respetivos estatutos de autonomia – que oscilavam entre uma conceção federal de Espanha, uma aliança de “repúblicas ibéricas” e uma república especificamente unitária. Com efeito, a questão nacional marcou o debate político dos anos que antecederam a eclosão da guerra civil. Debate e medos que estão patentes na famosa frase proferida por José Calvo Sotelo, no frontão Urumea de San Sebastián (novembro de 1935), segundo a qual “entre una España roja y una España rota, prefiero la primera, que sería una fase pasajera, mientras que la segunda seguiría rota a perpetuidad”. Esta prevenção contra uma “Espanha dividida” concretizar-se-ia, aparentemente, com a vitória da facção franquista na guerra civil: nem uma Espanha “roja”² nem dividida, mas sim uma Espanha imperial estimulada pela ideia falangista de ser uma “unidad de destino en lo universal”.

Por sua vez, a comunidade exilada tinha referências políticas muito diferentes, não só através das instituições políticas de legitimidade republicana mas também dos organismos que representavam os nacionalismos basco e catalão, ativos na Europa e nos Estados Unidos, e o nacionalismo galego, amparado nas coletividades de emigrantes na América do Sul. Os alforques que os exilados levavam consigo continham, na verdade, outros ingredientes. Durante os anos que corresponderam à fase mais aguda da hegemonia das potências fascistas sobre o continente europeu, a questão espanhola – e, com ela, a futura organização política – foi relegada para segundo plano perante as urgências mais imediatas, tais como a resistência ao fascismo ou a fuga para a América. Com o declínio das Potências do Eixo após a derrota de Estalinegrado, o exílio político espanhol começa a espreguiçar-se e, com este despertar, alcança novamente um notável protagonismo, ao lado de valores como liberdade, democracia e república e a questão nacional como arma na luta contra a ditadura franquista. Regressa, então, com força a ideia que não se tinha levado a cabo nos anos anteriores à guerra civil: a proposta de uma república federal espanhola, por vezes também “ibérica”, em vez da solução de uma república “integral” adotada pelos constituintes de 1931. A questão nacional que, ao contrário do que normalmente se pensa, marcou de forma mais profunda as origens e a evolução da guerra civil espanhola,³ seria um dos assuntos de mais constante atenção em toda a história política do exílio republicano espanhol. É sobre este assunto que me irei debruçar neste artigo, tendo como ponto de referência duas revistas do exílio e duas estratégias de futuro para Espanha, ambas basicamente desenvolvidas nos anos 40 do século passado, mas que chegaram até aos anos da transição democrática e da redação da constituição espanhola de 1978.⁴

Uma revista, que deve o seu nome à aliança política dos nacionalismos catalão, basco e galego, foi a *Galenxça*, editada na cidade de

Buenos Aires nos anos 1945-1946, sob o impulso de vários exilados. Contudo, a ênfase da análise será colocada mais na aliança que a revista representa do que nos seus conteúdos concretos. A outra revista, *Las Españas*, editada na Cidade do México a partir dos anos 40 do século passado, com um perfil menos político e mais literário e cultural, conseguiu introduzir uma nova perspectiva sobre o problema nacional espanhol que viria a ter alguma influência na concepção do Estado autonómico no momento da transição para a democracia, nos anos 70 do século passado. A conclusão que se pode retirar daqui é que uma das soluções mais inesperadas ocorridas no processo de transição para a democracia – a proliferação de um regime de autonomias – está enraizada nos debates e nas estratégias desenvolvidas durante o longo exílio republicano e que acabaram por ser assumidas pela oposição interna à ditadura de Franco e, posteriormente, incluídas nas negociações e acordos que deram lugar à própria constituição de 1978.

Mas regressemos ao final da guerra civil. A derrota republicana provocou o maior exílio político da história de Espanha. Para além do número em si (cerca de meio milhão de pessoas na primavera de 1939), importa conhecer os conteúdos humanos e políticos do mesmo. Para o exílio partiram pessoas e instituições que, inicialmente, assentaram em França, à espera de que uma guerra europeia invertesse a derrota republicana. No entanto, uma seleta minoria de exilados, entre os quais se contam profissionais, artistas e políticos, começa a cruzar o oceano rumo à América, onde acabam por constituir núcleos importantes em cidades como México, Buenos Aires, Montevideo, Bogotá, Santo Domingo, Caracas ou Santiago de Chile. Durante alguns anos, a instalação dos exilados nos locais de destino teve como principal objetivo, para além de manter vivos os laços de união entre si, desenvolver uma intensa atividade cultural através de revistas literárias, editoras, jornais de combate e centros de convívio que, com frequência,

se agregavam ou se sobrepunham aos que tinham sido anteriormente criados pelas coletividades da emigração. Revistas como *Romance* ou *España peregrina* (México) e *Correo Literario* (Buenos Aires) ou editoras emblemáticas como o Fondo de Cultura Económica (México) ou Emecé e Losada (Buenos Aires), para além de centros educativos como El Colegio de México, estão intimamente vinculados ao contributo chegado à América com o exílio republicano espanhol. Foi o “momento de ouro” da cultura cultivada pela “Espanha peregrina” e, por conseguinte, é possível afirmar que “pocos [exilios] como el español han mantenido tanta vinculación con el pasado cultural y lingüístico que dejaron atrás”.⁵

A estratégia de *Galeuzca* (Buenos Aires)

A pluralidade cultural daquela “anti-Espanha” que tão furiosamente combatia a fação franquista manteve-se com grande vitalidade nos diversos lugares onde o exílio republicano espanhol teve maior receção, especialmente nos países americanos. Ali, os dirigentes políticos e as gentes da cultura deram seguimento às tarefas de carácter cultural que desempenhavam nas suas pátriasde origem, tanto em língua castelhana como nas outras línguas espanholas. Este perfil cultural do exílio adquiriu um protagonismo especial nos primeiros anos da década de 40 do século passado. Em banquetes e procissões cívicas ou em reuniões comemorativas dos dias ou festas republicanas, a diversidade política e institucional do exílio estava patente de forma constante. Acontecia em Londres, através das relações que os exilados bascos e catalães mantinham, e acontecia em Buenos Aires, onde o galego Castelao dividia o protagonismo com o basco Aldasoro ou o catalão Serra i Moret, e no México, onde os símbolos das diversas nações ibéricas tinham visibilidade pública. É o que conta o castelhano Anselmo

Carretero ao galego Lois Tobío, exilado em Montevideo: que na festa do Primero de Maio “desfilaron ante el propio presidente de la República [Ávila Camacho], que aplaudía nuestra bandera tricolor detrás de la cual desfilaron la vasca, la catalana y la de tu tierra”,⁶ pluralidade que se reproduziu um ano mais tarde, por ocasião de uma homenagem ao próprio Ávila Camacho, prestada por “republicanos de todos los matices, comunistas, sindicalistas de la UGT, de la CNT, y catalanes, vascos, gallegos y de todas las demás regiones”.⁷

A transição para a ação política das gentes do exílio foi impulsionada pela clara viragem da guerra mundial para as posições dos Aliados. A perspectiva do seu futuro triunfo sobre o fascismo abriu as portas à reconstituição das instituições republicanas e à elaboração de propostas sobre o futuro político de Espanha, perante a previsão de que a queda do fascismo arrastaria consigo o regime de Franco. O exílio político começa a revitalizar-se com a convocatória para a reunião dos deputados residentes fora de Espanha, a qual se celebrou no México em 1945, propiciando a nomeação de um novo presidente da República no exílio – Diego Martínez Barrio – e a constituição de um governo, sob a presidência de José Giral, encarregado de levar a cabo as gestões políticas e diplomáticas necessárias para derrubar Franco e permitir o regresso a Espanha. O governo de Giral, consciente da centralidade da Europa na dinâmica política do primeiro pós-guerra, desloca-se a Paris em fevereiro de 1946 e, por outro lado, tenta integrar todo o arco político do republicanismo, desde os republicanos moderados e socialistas até aos comunistas e anarquistas, para além dos representantes dos governos autonómicos que também mantinham a sua presença institucional no exílio.

É neste ponto que entra a ação dos nacionalismos periféricos espanhóis, os quais conseguem reeditar o seu protagonismo político da época republicana, agora reforçado pela estratégia de ação política

unitária, o que contrastava claramente com a enorme divisão política dos republicanos no exílio. Durante mais de três anos – desde finais de 1944 até princípios de 1948 – grande parte da política da Espanha do exílio tem um perfil claramente periférico, com o governo basco e o seu presidente Aguirre como figura principal. Tratava-se de uma aposta verdadeiramente atlântica, própria da diáspora do exílio. O galego Castelao definiu-a bem numa das suas cartas aos galeguistas do interior (14/12/1944), ao constatar que os três líderes dos nacionalismos subestatais espanhóis viviam a muitos quilómetros de distância: “Londres-Catalunha [Pi i Sunyer], Nova Iorque-Euskadi [Aguirre] e Buenos Aires-Galiza [Castelao] estão a constituir uma luta contra o centralismo fechado de tempos passados, agora avigorado em México-Madrid [Giral-Prieto]”.⁸ Depressa se apagaria esta imagem global da oposição, nacionalista ou republicana em geral, com o regresso à Europa das instituições republicanas e, com elas, os mais importantes líderes políticos exilados.

A política executória dos nacionalismos concretizou-se, inicialmente, na recuperação da estratégia de Galeuzca, uma aliança entre Galiza, Euskadi e Catalunha, que contava com os precedentes da Tripla Aliança de 1923 e da “viagem triangular” de 1933 e do posterior pacto subscrito por nacionalistas galegos, bascos e catalães naquele que ficou conhecido como “Pacto de Compostela”. Esta aliança política tripartida foi parcialmente mantida durante a guerra civil, sendo reabilitada no exílio. Um dos seus principais estandartes foi a revista com o mesmo nome, *Galeuzca*, publicada em Buenos Aires entre agosto de 1945 e julho de 1946. Nos doze números da revista, há colaborações de carácter histórico e cultural e importantes documentos mas, essencialmente, trata-se de uma plataforma onde são publicados textos políticos de alguns dos principais dirigentes dos nacionalismos catalão, basco e galego, tais como os catalães Serra i Moret, Batista i Roca ou Miquel

Ferrer, os bascos Ramón Aldasoro, Carlos Baraibar ou Manuel de la Sota e os galegos Afonso R.Castelao, A.Alonso Rios ou J.Núñez Búa. É uma revista de curta duração que termina em meados de 1946, aquando da saída de Buenos Aires de alguns dos seus inspiradores (Serra i Moret, Castelao, Lasarte). Tal como se afirma no editorial do último número,

Los hombres que orientaban la revista, los que con sus juicios nos guiaban en el trabajo, unos han salido para Francia y otros están a punto de marchar. Con ellos se va “Galeuzca” y allí, en la noble, culta y acogedora nación francesa volverá a aparecer, para luego, cuando la libertad sea devuelta a los pueblos ibéricos, salir en Barcelona, en Bilbao, en Santiago, donde más convenga a los intereses de los tres pueblos que quiere servir.⁹

Contudo, *Galenxça* foi mais do que uma mera revista. Foi a expressão de uma aliança política entre as instituições e os dirigentes dos três nacionalismos periféricos– “três povos” – que se foi configurando durante alguns anos, nomeadamente na época em que o regresso a Espanha parecia impossível. Assim, surge em Buenos Aires, em maio de 1941, um primeiro documento subscrito por figuras como o basco Aldasoro, o catalão Serra i Moret e o galego Castelao, que renova os princípios da velha *Galenxça* mas com uma radicalidade maior: estabelece a “soberanía de cada nación”, advoga uma “federación pactada” e declara que as três nações não aceitarão um “régimen de autonomía concedido por el Estado español”.¹⁰ Aquilo que era uma aliança tática e de orientação claramente autonomista antes da guerra civil transformase, no exílio, num organismo de objetivos muito mais radicais, defendendo a autodeterminação das três nações agrupadas nesta aliança e uma república de cunho novo, federal e ibérica, que permitisse “ganar Portugal para la federación de los pueblos ibéricos”. A estratégia iberista, bastante clara nos textos de Castelao, era também defendida por Irujo e Pi i Sunyer que, em 1944, apadrinharam em Londres uma “Comunidade de nações ibéricas”, juntamente com o socialista Luis Araquistáin e o escritor republicano português Armando Cortesão, que defendia uma

confederação das repúblicas de “Espanha, Portugal, Catalunha, Galiza e Euzkadi”. Contudo, esta iniciativa não passou de um “grupo de debate” devido à recusa de Araquistáin e Cortesão em aceitarem “el derecho de autodeterminación”.¹¹ Esta perspectiva iberista permaneceu durante muitos anos, de forma intermitente, entre os nacionalistas exilados, mas, tal como sucedeu no século XIX, o iberismo nunca passou de um *wishful thinking*. Em contrapartida, o que se manteve com firmeza, ainda nas primeiras horas do exílio, foram as relações entre os dirigentes galeuzcanos, nomeadamente entre os bascos e catalães refugiados em Londres em 1940, onde constituíram dois organismos – o *Consell Nacional de Catalunya*, presidido por Pi i Sunyer e o *Consejo Nacional Basco*, comandado por Irujo – os quais, para além do valor simbólico, lhes permitiram manter contactos diplomáticos com as potências aliadas. O apoio logístico dos bascos foi, além do mais, fundamental para a reorganização da atividade política dos catalães e dos galegos, tanto em França como na América, onde prestaram importante apoio aos serviços secretos norte-americanos.

Contudo, o final da guerra mundial mudou claramente a situação, abrindo uma janela de oportunidades para o exílio republicano espanhol. No âmbito deste panorama, os dirigentes dos nacionalismos periféricos foram especialmente ativos, conseguindo, então, tecer com novas malhas a velha aliança tripartida. A ideia de recuperar a Galeuzca enquanto organização útil para atuar no panorama político do exílio republicano e o previsível regresso a Espanha foi do basco Aguirre, apoiado pelo catalão Pi i Sunyer e, de forma muito entusiasta, pelo galego Castelao. Na elaboração do seu manifesto fundacional, publicado em Buenos Aires na revista com o mesmo nome (agosto de 1945), os nacionalistas bascos introduziram especial radicalidade, observando que “algunos sectores catalanes y gallegos respiran un clima menos resuelto en lo nacional que los vascos”, de acordo com um rascunho intitulado

Manifesto de Galeuzca.¹² Cada um dos promotores da Galeuzca ostentava uma legitimidade institucional diferente. O *lebendakari* Aguirre era o indiscutível dirigente do nacionalismo basco, ao suprimir o organismo londrino presidido por Irujo e ao ser, novamente, o presidente de um governo basco de concentração de nacionalistas com socialistas e republicanos. O catalão Pi i Sunyer, que ainda se mantinha como presidente do *Consell Nacional de Catalunya*, estava debilitado pelas divisões internas do exílio político catalão que, sob a batuta de Irla e, sobretudo, de Tarradellas, tentavam reconstruir, em França, as instituições da República no exílio.¹³

Por sua vez, o galego Castelao promoveu a fundação, em regime de fideicomisso do mandato político republicano, de um *Consello de Galiza*, fundado em Buenos Aires em finais de 1944, composto por quatro deputados ali residentes, mas sem um apoio institucional inequívoco nem bons contactos com a oposição galeguista do interior nem com outros deputados galegos residentes no México ou na Europa. Em todo o caso, a aparição da Galeuzca era uma aposta que ia muito além de uma aliança entre os três nacionalismos periféricos. Tratava-se da definição de um novo futuro político para uma Espanha pós-franquista, tal como Castelao estabelece, em linhas básicas, num importante discurso proferido em Montevideo (30/6/1945), no qual declara inviável o regresso à constituição de 1931 (“murió antes de nacer”), rejeita que a soberania do povo espanhol possa “anular la voluntad de los pueblos diferenciados” e define a futura estrutura do Estado mediante o “principio de autodeterminación” dos povos que possuem “personalidad nacional”, apesar de descartar “de antemano el separatismo”.

Esta aliança fortalecia claramente a capacidade negociadora dos três nacionalismos periféricos perante umas instituições republicanas bastante debilitadas pelos conflitos internos dos socialistas (Prieto contra

Negrín) e os receios que os comunistas suscitavam, para além de existirem claras divergências estratégicas entre a oposição que operava a nível interno e as organizações do exílio, tal como demonstrado pelo texto *Galeuzca. Agosto 1945*, presumivelmente redigido pelo galeguista Ramón Piñeiro, então bastante ativo no seio da Alianza Nacional de Fuerzas Democráticas na Espanha interior.¹⁴ Em todo o caso, a imagem dos primeiros governos republicanos reconstituídos no exílio reforça a tendência já verificada durante o período republicano, que consiste na integração de nacionalistas catalães e bascos – estes a partir da entrada em vigor do Estatuto em 1936 – nos governos espanhóis. É o que sucede a partir de 1945, com as presidências de Giral e Llopis. A novidade está no facto de, no governo de Giral estabelecido em Paris desde o início de 1946, terem entrado, ao mesmo tempo, um representante da Galiza – Afonso R. Castelao – e um comunista – Santiago Carrillo. De certo modo, a Galeuzca já se encontrava no governo do exílio, o que se devia, em grande parte, à capacidade organizativa e de interlocução que os nacionalistas bascos possuíam, bastante unidos sob a liderança de Aguirre. Para além disso, a estreita colaboração com as potências aliadas, especialmente os Estados Unidos e o Reino Unido, de cuja influência se esperava a queda do regime de Franco, concedia-lhes uma visibilidade internacional que ultrapassava a do governo republicano.

A importância da aliança da Galeuzca era de tal ordem que um nacionalista basco, Telesforo Monzón, recomendou ao presidente J.A. Aguirre, no verão de 1945, que “no debemos ponernos oficialmente al habla con los españoles, sin antes habernos puesto de acuerdo con vascos, gallegos y catalanes”.¹⁵ Esta posição será mantida, nas linhas essenciais, durante dois anos, até a viragem política que deu lugar à Guerra Fria ao mudar por completo as expectativas de uma queda do regime de Franco. Foi então que esta aliança se começou a quebrar, ainda que, formalmente, se tenha mantido de modo intermitente até aos

anos 70 do século passado (em 1959, foi publicado, em Buenos Aires, um conhecido manifesto *¡Tres pueblos em pie!*) e, em seguida, em tempos democráticos, foi novamente recuperada pelos escritores (*Galeusca literaria*, em 1984) e, em 1999, por três partidos nacionalistas assinantes da “Declaração de Barcelona”.

A crise da Galeuzca começa muito cedo, durante as negociações encetadas com o intuito de estabelecer uma possível aliança com a oposição interna representada pela Alianza Nacional de Fuerzas Democráticas, na qual surgiram os primeiros sinais de alarme sobre o desvio monárquico desta organização do interior e a sua relutância em aceitar a soberania de cada um dos povos ibéricos, no momento de decidir o seu futuro num hipotético plebiscito. Esta posição não era, seguramente, partilhada pelos dirigentes nacionalistas pois, tal como o basco Juan Ajuriaguerra advertiu, “exigimos que sea nuestro pueblo el que lo decida y no los extremeños, ni los castellanos, ni los andaluces”.¹⁶ No entanto, a alternativa da monarquia não surgiu de repente no panorama político da oposição ao regime de Franco pois, desde pelo menos 1942, sucedem-se tanto os manifestos políticos de Don Juan de Borbón como os dos grupos monárquicos do interior, os quais não só rejeitavam a hegemonia de Falange e o perfil ditatorial do franquismo como também advogavam uma superação da guerra civil mediante a reconciliação de todos os espanhóis.¹⁷

A luta entre o legitimismo republicano e a solução monárquica afetou bastante o governo de Giral, cuja crise de fevereiro de 1947 foi provocada pela pressão do socialismo prietista, na sua tentativa de debilitar as instituições republicanas –um “estorvo”, na opinião de Prieto –e de avançar com o seu previsível pacto com os monárquicos. Uma das consequências desta crise foi a destituição de Castela como ministro, apesar de ser o maior defensor do governo de Giral, o que pressupôs uma clara fissura da aliança galeuzcana: “representa um grave retrocesso

para nós”, confessa então Pi i Sunyer a Aguirre em relação ao abandono de Castelao e ao seu regresso a Buenos Aires, muito aborrecido pelo desvio que a política do exílio estava a tomar sob a batuta de um “prietismo” que o líder galego interpreta como sendo um novo “lerrouxismo”. Por fim, em 1948, a crise agrava-se com os acordos entre os socialistas de Prieto e os monárquicos de Gil-Robles que, sem ter tido como consequência a substituição de Franco por Don Juan de Borbón, dividiram claramente a fortaleza das instituições republicanas do exílio e, por outro lado, obrigaram os dirigentes nacionalistas a tomar novos rumos políticos, especialmente os bascos, cujo *lebendakari* Aguirre não tinha estado à margem do plano de Prieto, ao ponto de os serviços secretos britânicos lhe terem atribuído a inspiração, senão mesmo a paternidade, do acordo assinado com Gil-Robles, em San Juan de Luz, nos inícios de outubro de 1948.¹⁸

O plano de Prieto não teve êxito, mas rompeu a estratégia política do exílio republicano, incluindo a estratégia representada pela opção da Galeuzca. Anos mais tarde, Irujo dirá ao seu amigo Jáuregui¹⁹ que “el pacto Prieto-Gil Robles tenía por finalidad inmediata la de liquidar las instituciones republicanas, que estorbaban a la mejor resolución del problema de la sucesión de Franco y su régimen por un régimen democrático estable”.²⁰ A crise das relações institucionais dos membros da Galeuzca ocorre, igualmente, nestas datas, por motivos relacionados não só com a estratégia socialista, mas também com as evidentes diferenças existentes entre os galeuzcanos. Numa longa entrevista realizada em finais de 1948 entre nacionalistas bascos e catalães, na qual se faz o balanço da experiência daquela concertação galeuzcana, o basco Lasarte argumenta que é difícil sustentar uma estrutura política com três pilares tão diversos: os bascos têm um presidente e um governo; os catalães têm um presidente mas não têm governo e os galegos “nem presidente nem governo”, mas sim o *Consello*

de Galiza que, nas palavras de Castelao, fora fundado “para colocar em igualdade a respeito de bascos ecatalães”, tal como reitera, entre muitas outras coisas, em carta ao conterrâneo M. Martínez Risco, em inícios do ano de 1945. A experiência galeuzcana está, pois, acabada em 1947. O mais desesperado por ela é Castelao e os que arcam com as culpas todas são os bascos, nomeadamente o próprio *lehendakari* Aguirre. Tal como o líder galego assinala ao seu amigo Irujo numa longa carta de outubro de 1947, “Galeuzca era lo que los españoles temían”, pero “la política de Galeuzca nunca se practicó”.²¹

São duas as razões deste desencontro. Por um lado, o clima propiciado pela Guerra Fria afasta a hipótese de queda do regime de Franco— que, além do mais, reage com uma aproximação à monarquia, simbolizada na entrevista com Don Juan de Borbón no iate *Azor*— o que pressupõe o abandono de qualquer possibilidade de regresso imediato da República, federal ou não. O galego Castelao não entende o pragmatismo do nacionalismo basco que, nas palavras do basco Leizaola, lhe permite “tomar todos los tranvías”, o que significa passar do umbral da autodeterminação para a perspectiva de uma solução autonomista, como a representada pelo Estatuto de 1936: de uma solução otimista ou de máximos admitia-se uma alternativa mais pessimista ou de mínimos,²² um pragmatismo que também abriu caminho entre o exílio catalão quando a figura de Tarradellas conseguiu uma maior ascendência política ao tornar-se secretário da Esquerda Republicana, a qual logrou a dissolução do organismo dirigido por Pi i Sunyer e a aproximação tática às posições prietistas.²³ Por outro lado, o nacionalismo basco lança-se decididamente por uma via de ação política de carácter europeísta, com a participação no congresso fundacional do Movimento Europeu (Haia, 1948) e a organização do Consejo Federal Español. É certo que os bascos, os galegos e os catalães não romperam com as suas lealdades políticas básicas, mas, a partir de 1948, os seus caminhos foram

divergentes. Os nacionalistas bascos integraram-se, de forma plena, na potente corrente política europeia da democracia cristã, enquanto os catalães desenvolveram uma estratégia mais plural de perfil mais catalão do que nacionalista, que lhes permitia conectar melhor com a evolução da oposição interna sem perder de vista as oportunidades que o europeísmo e o movimento federalista ofereciam. Por suavidade, os galegos, após o desaparecimento, em 1950, do seu carismático líder Castelao, demoraram muitos anos a reconstruir a sua presença no seio do exílio político republicano na Europa e nunca o fizeram de forma plena, apesar dos esforços empreendidos em Paris pela família Alvajar (César e o seu filho Xavier), que ostentou a delegação europeia do *Consello de Galiza* desde os finais dos anos 50 do século passado.

Os anos 1947/1948 foram um *turning point* para a política do exílio e também para a do próprio regime de Franco. A aceitação da hipótese de regresso da monarquia, abraçada inclusive por um nacionalista basco como Monzón, deixa à margem qualquer opção de recuperar o regime republicano e, naturalmente, a abordagem federal e iberista da Galeuzca. O radicalismo político dos nacionalismos galeuzcanos, testado durante a guerra civil e acentuado durante a guerra mundial e o pós-guerra imediato, fica bloqueado, de forma abrupta, a partir de 1948, deixando as instituições republicanas sem nenhuma alternativa viável. Numa reunião de catalães e bascos (31/1/1949), na qual se faz o balanço da situação, o catalão Pi i Sunyer acaba por reconhecer que “el franquismo ha tenido un aspecto en el que ha tenido aciertos: ha sabido situarse bien en lo internacional” onde “no cometió ninguna torpeza imperdonable”, de modo que “si no hay acción antifranquista en el interior y fuera no se le quiere echar, Franco puede durar mucho tiempo en el poder”.²⁴ A solução para o problema nacional espanhol acabará por ser formulada com outros protagonistas e noutros termos, entre os quais um essencial apontado por Pi i Sunyer, que é a

transferência para o interior da responsabilidade de lutar contra a ditadura de Franco, tanto no âmbito político ou sindical, como no âmbito cultural. O anti-franquismo político, tanto pela via diplomática no exterior como pela luta armada no interior, “había fracasado en su objetivo fundamental de acabar con el régimen de Franco”.²⁵ Era preciso testar outras fórmulas, uma das quais foi a proposta elaborada na Cidade do México através da revista *Las Españas*. Contrariamente à *Galeuzca*, esta revista não representa uma alternativa de partidos ou de instituições, mas sim as posições de escritores e intelectuais republicanos que começam a preparar um futuro para Espanha.

A originalidade de *Las Españas* (México)

É possível encontrar um ponto de encontro entre estas posições da *Galeuzca* dos anos 40 do século passado e o desenvolvimento de um novo léxico político, tal como o federalismo europeísta e a democracia política, cunhado desde a década de 50 do século passado como alternativa ao regime de Franco, numa publicação editada, com algumas intermitências, na Cidade do México entre 1946 e 1963. Trata-se da revista *Las Españas* (1946/1956) e a sua continuação, *Diálogo de Las Españas*(1956-1963), com um título e propósitos editoriais que revelam uma clara intenção de entender, desde a dor da Espanha “transterrada” a pluralidade política e cultural espanhola. Na Cidade do México e noutras capitais americanas, existiram vozes que verbalizaram a complexidade do exílio e a sua relação com a identidade espanhola, como foi o caso de Francisco Ayala ou de J.Ferrater Mora no campo literário e filosófico ou, salvaguardando as devidas distâncias, através das grandes polémicas em que, pelo facto de serem de Espanha, Américo Castro e Sánchez-Albornoz se envolveram. Mas, para além das vozes individuais, neste

caso trata-se de uma voz coletiva que deu uma resposta original ao problema de Espanha e do seu futuro.

A originalidade com que esta revista apresenta a sua aposta na diversidade linguística e cultural da península e a precocidade com que se desmarca do ideário republicano de regresso à situação de 1931 para apostar numa solução democrática e federal transformam *Las Españas* numa publicação-ponte que liga duas margens muito distintas: a tradição republicana própria do primeiro exílio e a solução democrática, superadora das sequelas da guerra civil mediante o “diálogo” que, na década de 1950, surge como alternativa ao regime de Franco. Este enfoque explica o entusiasmo da revista com as posições do *Informe a la Falange*, de Dionisio Ridruejo, reproduzido no último número da sua primeira etapa (julho de 1956), um texto que, segundo os estudiosos desta revista, “tuvo una importancia fundamental para los redactores de *Las Españas*”.²⁶ De certo modo, *Las Españas* aspira a ser uma “Galeuzca cultural”, mas com propostas políticas que se encontram a uma distância considerável tanto da posição dos nacionalismos subestatais que, por vezes, apelidam de “separatistas”, como do nacionalismo unitário republicano e, obviamente, do que representava a ditadura franquista. E, a título meramente indicativo, também se encontram bastante distantes das homilias federalistas de Salvador de Madariaga, a quem depreciativamente chamam “notorio conferenciante inglés” que “habla sobre lo divino y lo humano”.²⁷

Há três pontos essenciais na trajetória desta revista que convém sublinhar, a fim de reforçar esta consideração de grupo ou revista-ponte no amplo campo do exílio republicano. O primeiro aspeto é o seu enfoque político e cultural que se deve, sem dúvida, aos dois principais animadores – o andaluz Manuel Andújar e o aragonês J.R. Arana – mas que encontrou um notável apoio noutras figuras do exílio, como Gallegos Rocafull, Daniel Tapia, Josep Renau, Pere Bosch-Gimpera e,

de modo especial, Anselmo Carretero que, apesar de não ter estado na génese da revista, depressa se converteu numa peça-chave para a linha editorial. Foi um dos mais entusiastas defensores da pluralidade linguística da revista: “el objetivo de publicar de vez en cuando versos en catalán y en gallego es reafirmar nuestra posición ibérica, que acepta como igualmente españolas a todas las Españas”, pretendendo inclusive ampliar ao âmbito português, para o qual solicita a colaboração de Fidelino de Figueiredo.²⁸ Anos mais tarde, o fundador da revista, J.R.Arana, insiste na mesma direção, confessando a Tobío o seu desejo de “afirmar en la parte literaria de la revista su carácter plurilingüe, con colaboraciones en todos los idiomas de España”.²⁹ Certamente, não é a única publicação do exílio que prossegue este objetivo— a revista de Buenos Aires *Correo Literario* (1943-1945) publica textos em português do Brasil – mas a novidade é que esta abordagem literária se vincula como objetivo político de criar uma “nueva mentalidad nacional” que prepare o exílio para não regressar a Espanha “con las manos vacías”.³⁰ Para além daquilo que os mentores da revista assinalam na sua correspondência privada, é a própria publicação que, de vez em quando, chama a atenção para a sua linha editorial. Assim, declara-se no segundo número, em 1946, que

“todos los pueblos de España, todas las Españas, son para nosotros igualmente entrañables. Consideramos voz tan española la de Maragall o Rosalía de Castro, como la de Miguel de Elzo o Domingo de Aguirre (...) y si en esta integración ideal de España integramos a Portugal es considerándolo, sin sombra de intención imperialista, uno de los más vivos matices del genio español, o ibérico”.³¹

Um segundo ponto forte de *Las Españas* é o seu realismo político em relação ao legado republicano e às hipóteses de regresso a Espanha. No número 3 da revista (janeiro de 1947), o “Editorial” chama a atenção para o facto de, oito anos após a saída de Espanha, “hay que preguntarse (...) cuantos y cuales [han sido] los errores de todos y cada

uno de nosotros” e que “no vale achacar todas nuestras desdichas al complot internacional”. Muitos anos mais tarde, em 1994, Carretero dirá que “fue la primera agrupación en el exilio que dio por muerta la República” porque “no queríamos volver al 31”.³² De facto, trata-se de uma revista que muito rapidamente analisa o imobilismo político do exílio, de forma análoga ao que Ayala faz no plano literário. Um artigo de Daniel Tapia – “La otra mujer de Lot” – inaugura este ajuste de contas com a tradição republicana: “atrás no queda sino el páramo y quizá la armazón, la estructura de una República que fue. Esa República sí es pretérito y por tanto la más acabada estatua de sal que pueda hallarse”.³³ Trata-se de uma posição crítica que se regista em anos posteriores, tanto no seu texto de 1949, *Por un movimiento de reconstrucción nacional*, como no folheto de J.R.Arana, *Esta hora de España*, em resposta a um inquérito da revista *Ibérica*, de Victoria Kent, no qual se pronuncia, *more* Ridruejo, a favor de “la liquidación del espíritu de la guerra civil” com “mutuo olvido de agravios y renuncia a todo propósito de venganza”, confiando à oposição interna a tarefa de “hacer una España democrática” e “superar la psicología de los continuistas del franquismo”. Em suma, esta revista é um exemplo da grande transformação ocorrida no seio do exílio, desde os anos 40 do século passado até ao início de 1960, tal como sublinham os seus recentes analistas: “de la confianza en una solución impuesta por la comunidad internacional se pasa a la convicción de que son las fuerzas antifranquistas del interior del país quienes van a acabar con el régimen de Franco”.³⁴

O terceiro ponto relevante de *Las Españas* foi, sem dúvida, o seu original contributo para uma construção da Espanha pós-franquista, sobre bases democráticas e federais que, em alguns aspetos, se relacionam claramente com a solução autonómica da transição democrática. Neste ponto, dois autores marcam a orientação da revista:

o castelhano Anselmo Carretero e o catalão Pere Bosch-Gimpera, ambos exilados durante muito tempo na Cidade do México. O ponto de encontro destes dois autores dá-se na sua determinação em entender globalmente a realidade política de Espanha, não como a soma das partes, mas como uma articulação harmoniosa das suas diversidades. O pensamento político de Bosch-Gimpera relativo à estrutura política de Espanha pode ser resumido numa conceção “federativa” dos diversos povos ibéricos, com gradações de autonomia entre simas nunca separados.³⁵ Nos seus textos publicados durante a guerra, como o discurso *España* de 1937, assim como nos artigos e livros concebidos no exílio, o enfoque federalista de Bosch-Gimpera é constante, o que o relaciona com Anselmo Carretero. Ambos prefaciam livros mutuamente e, de acordo com a confissão de Carretero no prólogo de *La España de todos*,³⁶ a sua amizade formou-se precisamente em torno da revista. Apesar de a conceção nacional de Espanha ser mais matizada no caso de Bosch do que no de Carretero, ambos coincidiam no facto de a considerarem uma “nação de nações”, ou seja, uma comunidade política federal, de raízes populares e democráticas desde os tempos medievais, onde os laços de união são mais fortes do que os de separação ou rutura. Em duas cartas, quase contemporâneas, de ambos a Salvador de Madariaga, coincidem nestas abordagens. Para Bosch-Gimpera,³⁷ o principal objetivo político do exílio, perante os “idiotas que seguimos teniendo entre los catalanes”, consiste em “dialogar con los españoles de buena voluntad” e “contribuir a que algún día se pueda constituir la comunidad de los pueblos españoles, respetando las diversidades naturales y los derechos de todos”, sendo o melhor contributo para o futuro ou, dito de outro modo, a solução para a questão nacional em Espanha não é galezcana mas sim de “diálogo” com os castelhanos.³⁸ Por suavéz, Anselmo Carretero confessou a Madariaga,³⁹ aquando da publicação do livro deste último, *Memorias de un federalista*, que “estoy

convencido, y mis tratos con catalanes y vascos -menores con estos- afirman mi opinión, de que los “separatistas” son hijuela de los “separadores”, quienes al negar española a todo lo no castellano (...), expulsan doctrinalmente de España a millones de compatriotas y los empujan a la insolidaridad nacional”.⁴⁰ A crítica à tradição unitária e jacobina de raiz francesa, recorrente nos textos de Carretero e, claro, de Bosch-Gimpera, complementa-se com a sua visão negativa da solução autonomista da II República– “integral”e não “federal” – o que aproxima claramente o pensamento de ambos da solução autonómica da Constituição de 1978.

Conclusão

Reflexões como as contidas na revista *Las Españas* não são únicas no panorama do exílio. Contudo, são invocadas aqui com o intuito de proclamar a enorme pluralidade ideológica e política do exílio republicano e de estabelecer, igualmente, uma referência ou ponte que enlace as diversas tradições e estratégias políticas. A que o governo de Giral e, se for caso disso, o grupo Galeuzca representava teve de modificar-se radicalmente até finais dos anos 40 do século passado, a fim de apanhar um elétrico cuja estação de destino ainda não estava construída. O que essa viagem produziu foi uma lenta viragem que obedeceu não só às mudanças defendidas pelos exilados, mas também à evolução do próprio regime de Franco. Nesta luta, as divergências iniciais entre a “Espanha peregrina” e a “Espanha cativa” vão modificando-se, não tanto na distância ideológica como na localização do centro de gravidade da oposição à ditadura de Franco e da elaboração de uma solução para um novo panorama político que, desde finais dos anos 40 do século passado, se ordena em torno de três conceitos básicos: federalismo europeísta, democracia e monarquia.

O modelo galeuzcano, apesar de tudo, não esteve ausente ao longo do exílio e emerge novamente na transição democrática espanhola e nas soluções dadas à Constituição de 1978. O seu reconhecimento constitucional foi, no entanto, um pouco ambíguo, devendo-se claramente ao enfoque descentralizador das autonomias que predominou entre os constituintes. É verdade que está implicitamente reconhecido com a distinção constitucional de “nacionalidade” e “região” porque “hay elementos en el conjunto de la norma constitucional para reconocer como nacionalidades a Cataluña, País Vasco y Galicia”.⁴¹ Contudo, a hipótese de uma restauração do legitimismo republicano nas nacionalidades com precedente estatutário não contava com o consenso universal há várias décadas, apesar da recuperação de propostas como a “libre autodeterminação” dos povos de Espanha por parte dos partidos de esquerda. Durante a transição, esta reivindicação foi perdendo força ao ponto de apenas o grupo parlamentar basco da *Euskadiko Ezkerra* a ter defendido durante o debate constitucional. Mas, por seu turno, o texto constitucional também não conseguiu o apoio explícito de um partido moderado como o Partido Nacionalista Vasco (PNV), que não votou nele nas Cortes nem no referendo, nem sequer dos principais partidos do novo nacionalismo basco ou galego, os quais rejeitaram, de forma expressiva, a transição democrática em vários pontos: a monarquia como forma de Estado e a defesa do direito à autodeterminação.

Por outro lado, o modelo autonómico finalmente resultante aproxima-se muito da ideia de “la federalización de España” de Anselmo Carretero que, em 1978, defendia que esta devia ser alargada inclusive a “aquellos que no pedían la autonomía”.⁴² Não é claro, contudo, que os constituintes tiveram presente os textos deste autor, pois tudo parece indicar que o entusiasmo que alguns líderes políticos catalães, tais como Pasqual Maragall, demonstraram pela obra de Carretero é posterior à

própria transição. Algo parecido se poderia dizer de alguns relatores da Carta Magna, como M.Herrero de Miñón, G. Peces-Barba ou Jordi Solé-Tura, que se reconhecem próximos da ideia de “diversidade das Espanhas” de Carretero, o que, sem dúvida, abonou a favor da divulgação de vários conceitos como o de “nação de nações” aplicado à realidade política espanhola e, mais tarde, o de “Espanha plural”.⁴³ Não é certo que a generalização autonómica tenha sido fruto da influência intelectual de Bosch-Gimpera e de Carretero, mas é evidente que a paternidade do modelo autonómico espanhol também não é unívoca pois resulta, tal como o nascimento dos grandes rios, da confluência de vários mananciais. A este enfoque pensado no exílio, a partir dos anos 40 do século passado, sobre as Espanhas é necessário acrescentar que o modelo autonómico também não é indissociável da construção da democracia em Espanha e da sua capacidade de assumir as reivindicações populares, tal como aconteceu no caso do referendo andaluz e nas grandes manifestações registadas nos anos 1977/1980 a favor da autonomia, desde a Catalunha e aGaliza até àAndaluzia. Neste sentido, as autonomias não teriam sido uma anomalia da transição mas sim uma consequência da mesma, pois até seria possível pensar que “sem guerra civil, os estatutos de autonomia teriam sido mais ou menos os mesmos de agora”.⁴⁴ Não é possível testar esta hipótese contrafactual, mas é mais exequível advertir que a solução autonómica foi menos improvisada do que parece pois constituiu o principal ponto de encontro do exílio e do interior e evidencia que a contribuição do exílio para a conceção da transição democrática não foi menor. Ainda que a posição auspiciada por *LasEspanñas* tivesse triunfado mais claramente que a da *Galenzca*, na solução autonomista não existe uma linha de força única, o que a converte na melhor expressão daquilo que foi a transição para a democracia e, provavelmente também, no seu mais claro calcanhar de Aquiles, dadas as dificuldades políticas surgidas mais recentemente.

Notas

* Prof. Catedrático de Historia Contemporánea Universidade de Santiago de Compostela. Presidente do Conselho de Cultura Galega.

E-mail: ramón.villares@usc.es

¹ SAZ, I. **España contra España**. Los nacionalismos franquistas. Madrid: Marcial Pons, 2003.

² Neste contexto, o adjetivo espanhol “rojo” (vermelho) refere-se despeitadamente a republicano ou de ideologia de esquerda.

³ NÚÑEZ SEIXAS, X. M. **¡Fuera el invasor!** Nacionalismos y movilización bélica durante la guerra civil española (1936-1939). Madrid: Marcial Pons, 2006.

⁴ VILLARES, R. Exilio, Democracia y Autonomías: entre Galeuzca y *Las Españas*. In: ROMERO, J.; FURIÓ, A. (Eds.) **Historia de las Españas**. Una aproximación crítica. Valência: Tirant Humanidades, 2015.

⁵ MAINER, J. C. España desde el exilio republicano de 1939. In: MORALES, A. et al. (Dirs.) **Historia de la nación y del nacionalismo español**. Barcelona: Galaxia Gutenberg, 2013. p. 1077.

⁶ Carta de Anselmo Carretero a Lois Tobio, 22/6/1942. (Arquivo Dixital, Consello da Cultura Galega)

⁷ Carta de Anselmo Carretero a Lois Tobio, 10/5/1943 (Arquivo Dixital do Consello da Culturas Galega)

⁸ CASTELAO, A. R. **Obra completa**. Vols. 2 e 6. Vigo: Editorial Galaxia, 2000.p. 473.

⁹ ANASAGASTI, I. **Crónicas**. Castelao y los vascos. Bilbao: Idatz Ekintza, 1985. p. 415.

¹⁰ ESTÉVEZ, X. **Antología del Galeuzca en el exilio (1919-1960)**. Donostia: Ascunce editor, 1992. pp. 112-114.

¹¹ JIMÉNEZ DE ABERASTURI, J.C. Irujo en Londres, 1939-1945. **Vasconia**, 32, 2002. pp. 125 e ss.

¹² **12704**.pdf. Fondo Irujo. Disponível em: <http://www.euskomedia.org/iruj>

¹³ MORALES MONTOYA, M. **La Generalitat de Josep Irla i l'exili polític català**. Barcelona: Editorial Base, 2008. pp. 383 e ss.

¹⁴ ESTÉVEZ, X. op. cit., pp. 231-235.

¹⁵ ANASAGASTI, I. op. cit., p. 315.

¹⁶ PABLO, S.de. et al. **El péndulo patriótico**. Historia del Partido Nacionalista Vasco, II: 1936-1979. Barcelona: Editorial Crítica, 2001. p. 148.

¹⁷ TUSELL, X. **La oposición democrática al franquismo (1939-1962)**. Barcelona: RBA ediciones, 2012. [1977]. pp. 56 e ss.

¹⁸ PABLO, S. de. et al. op. cit., pp. 159 e ss.

¹⁹ Carta de Manuel de Irujo a Julio Jáuregui, 15/2/1962. Fondo Irujo. **4039**.pdf.

Disponível em: <http://www.euskomedia.org/iruj>

²⁰ **14039**.pdf. Fondo Irujo. Disponível em: <http://www.euskomedia.org/iruj>

²¹ CASTELAO, A. R. op. cit., vol. 6. pp. 505 e 659.

²² GRANJA, J. L. de la. et. al. **La España de los nacionalismos y las autonomías**. Madrid: Editorial Síntesis, 2001. p. 180

-
- ²³ MORALES MONTOYA, M. op. cit., pp. 415 e ss.
- ²⁴ 14551.pdf, p. 4. Fondo Irujo. Disponível em: <http://www.euskomedia.org/irujio>
- ²⁵ RIQUER, B.de. La dictadura de Franco. **Historia de España**, vol. 9, 2010. p. 240.
- ²⁶ VALENDER, J.; ROJO LEYVA, G. **Las Españas**. Historia de una revista del exilio (1943-1963). México DF: El Colegio de México, 1999. p. 81.
- ²⁷ **Las Españas**, n° 4, março 1947. p. 2.
- ²⁸ Carta de Anselmo Carretero a Lois Tobío, 26/2/1948 (Arquivo Dixital do Consello da Cultura Galega)
- ²⁹ Carta de José Ramón Arana a Lois Tobío, 17/9/1952 (Arquivo Dixital do Consello da Cultura Galega)
- ³⁰ Carta de Anselmo Carretero a Lois Tobío, 1/5/1949 (Arquivo Dixital do Consello da Cultura Galega)
- ³¹ **Las Españas**, n° 2, p. 13
- ³² VALENDER, J.; ROJO LEYVA, G. op. cit., p. 310.
- ³³ **Las Españas**, n° 9, julho 1948. p. 11.
- ³⁴ VALENDER, J.; ROJO LEYVA, G. op. cit., p. 95.
- ³⁵ GRACIA ALONSO, F. **Pere Bosch Gimpera**. Universidad, política, exilio. Madrid: Marcial Pons, 2011. pp. 423 e ss.
- ³⁶ Seminarios y Ediciones, Madrid, 1976.
- ³⁷ Carta de P.Bosch-Gimpera a S. De Madariaga, 20/8/1966 (Instituto José Cornide, Fondo Madariaga, Carpeta 7)
- ³⁸ **Fondo Madariaga**, Instituto J. Cornide, A Coruña, pasta 7.
- ³⁹ Carta de Anselmo Carretero a Salvador de Madariaga, 5/11/1967 (Instituto José Cornide, Fondo Madariaga, Carpeta 9)
- ⁴⁰ **Fondo Madariaga**, Instituto J. Cornide, A Coruña, pasta 9.
- ⁴¹ CLAVERO, B. **España, 1978**. La amnesia constituyente. Madrid: Marcial Pons Historia, 2014. p. 53.
- ⁴² VALENDER, J.; ROJO LEYVA, G. op. cit., p. 107.
- ⁴³ NÚÑEZ SEIXAS, X. M. **Patriotas y demócratas**. El discurso nacionalista español después de Franco. Madrid: La Catarata, 2010. pp. 83 e ss.
- ⁴⁴ JULIÁ, S. ¿España plural o Estado plurinacional?. In: CARNERO, T.; ARCHILÈS, F. (Eds.). **Europa, Espanya, País Valencià**. Nacionalisme i democràcia: passat i futur. València: PUV, 2007. p. 248.